

***ESTUDO DE
VIABILIDADE
ORÇAMENTÁRIA
E FINANCEIRA
DO PLANO DE
CUSTEIO
(Exercício/2022)***

COXIM - MS

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE CUSTEIO (INCLUÍDO O PLANO DE AMORTIZAÇÃO) DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2022.....	3
2. PLANO DE CUSTEIO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2022.....	5
2.1 - <i>Custo Normal.....</i>	5
2.2 - <i>Plano de Amortização (Custo Suplementar)</i>	7
3. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ÚLTIMOS TRÊS ANOS E O ANO CORRENTE.....	10
3.1 - <i>Relatório da Gestão Fiscal - Últimos Três anos e o Ano Corrente - Poder Executivo</i>	11
3.2 - <i>Relatório da Gestão Fiscal - Últimos Três anos e o Ano Corrente - Poder Legislativo</i>	14
4. IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL SOBRE AS RECEITAS DO ENTE (LRF) - HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS	17
4.1 - <i>Receita Corrente Líquida - RCL</i>	17
4.2 - <i>Despesa Total com Pessoal - DTP - Poder Executivo</i>	18
4.3 - <i>Despesa Total com Pessoal - DTP - Poder Legislativo</i>	18
5. METODOLOGIA DE CÁLCULO, PREMISSAS UTILIZADAS E IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NAS RECEITAS DO ENTE (LRF) – PROJEÇÃO O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS	19
5.1 <i>Metodologia de Cálculo e Premissas Utilizadas</i>	19
6. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE CUSTEIO (INCLUIDO O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL), AGREGADO AS DESPESAS COM PESSOAL E COMPARADO AS RECEITAS DO ENTE – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS ANOS.....	22
6.1 - <i>Projeção das Receita e Despesas do ENTE, nos próximos 35 anos</i>	25
7. CONCLUSÃO DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ENTE E LRF	28
7.1 - <i>Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo</i>	28
7.2 - <i>Despesa Total com Pessoal - Poder Legislativo</i>	29
7.3 - <i>Viabilidade Financeira e Orçamentária - 35 anos</i>	30

1. INTRODUÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE CUSTEIO (INCLUÍDO O PLANO DE AMORTIZAÇÃO) DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2022.

A Reavaliação Atuarial do exercício 2022, data focal em 31/12/2021 do IMPC, demonstrou um Déficit Atuarial do Plano de Custeio de Equilíbrio de (-R\$ 150.078.476,89) considerando a compensação Previdenciária.

O artigo 53 da Portaria MF 464/2018, estabelece que, caso a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício, apurar deficit atuarial deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento. Conforme o artigo 53, § 6º, o plano de equacionamento do deficit somente será considerado implementado, a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observados o prazo e condições previstos no art. 49.

O artigo 48, II da Portaria MF 464/2018 estabelece que o Plano de Custeio proposto na Avaliação Atuarial deverá observar sua viabilidade orçamentária, financeira e fiscal, inclusive dos impactos dos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 48 - O plano de custeio proposto na avaliação atuarial deverá observar os seguintes parâmetros:

II - ser objeto de demonstração em que se evidencie que possui viabilidade orçamentária, financeira e fiscal nos termos do art. 64;

Art. 64 - *Deverão ser garantidos os recursos econômicos suficientes para honrar os compromissos estabelecidos no plano de custeio e na segregação da massa, cabendo ao ente federativo demonstrar a adequação do plano de custeio do RPPS à sua capacidade orçamentária e financeira e aos limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.*

§ 1º - *Os estudos técnicos de implementação e revisão dos planos de custeio, inclusive de equacionamento de déficit atuarial e de alteração da estrutura atuarial do RPPS, deverão avaliar a viabilidade financeira, orçamentária e fiscal para o ente federativo e a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.*

No intuito de atender a legislação, realizamos um Estudo de Viabilidade orçamentária e Financeira do Plano de Custeio (incluído o Plano de Amortização do Déficit Atuarial) da Avaliação Atuarial do exercício 2022, data focal em 31/12/2021 e seu impacto sobre os Limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

2. PLANO DE CUSTEIO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2022

2.1 - Custo Normal

Conforme os resultados apresentados na Reavaliação Atuarial do exercício 2022, data focal em 31/12/2021 devido a oscilação entre as variáveis que afetam o Equilíbrio Financeiro e Atuarial como definição de premissas, hipóteses e alteração da massa de Segurados, a Reavaliação Atuarial propôs alteração do Plano de Custeio Vigente, elevando o Custo Normal do Ente de 16,27% para 17,54% (Plano de Custeio de Equilíbrio).

Nesse caso, iremos analisar se o Ente Federativo é capaz de suportar essa elevação de 1,27% da alíquota do Custo Normal, analisando seu impacto sobre os Limites de Gastos de Pessoal.

Comparando o Custo Normal Vigente, com Custo Normal de Equilíbrio proposto na Reavaliação Atuarial/2021, essa alteração irá elevar a Despesa Total de Pessoal do Ente da seguinte forma:

N°	<u>Custo Normal Vigente</u>		<u>Custo Normal de Equilíbrio</u>		<u>Elevação do Custo Normal</u>		
	ANO	CUSTO NORMAL (R\$)	CN* (%)	CUSTO NORMAL (R\$)	CN* (%)	CUSTO NORMAL (R\$)	CN* (%)
0							
1	2022	4.966.193,00	16,27%	5.352.708,65	17,54%	386.515,65	1,27%
2	2023	5.015.854,93	16,27%	5.406.235,73	17,54%	390.380,81	1,27%
3	2024	5.066.013,48	16,27%	5.460.298,09	17,54%	394.284,62	1,27%
4	2025	5.116.673,61	16,27%	5.514.901,07	17,54%	398.227,46	1,27%
5	2026	5.167.840,35	16,27%	5.570.050,08	17,54%	402.209,74	1,27%
6	2027	5.219.518,75	16,27%	5.625.750,58	17,54%	406.231,83	1,27%
7	2028	5.271.713,94	16,27%	5.682.008,09	17,54%	410.294,15	1,27%
8	2029	5.324.431,08	16,27%	5.738.828,17	17,54%	414.397,09	1,27%
9	2030	5.377.675,39	16,27%	5.796.216,45	17,54%	418.541,07	1,27%
10	2031	5.431.452,14	16,27%	5.854.178,62	17,54%	422.726,48	1,27%
11	2032	5.485.766,66	16,27%	5.912.720,40	17,54%	426.953,74	1,27%
12	2033	5.540.624,33	16,27%	5.971.847,61	17,54%	431.223,28	1,27%
13	2034	5.596.030,57	16,27%	6.031.566,08	17,54%	435.535,51	1,27%
14	2035	5.651.990,88	16,27%	6.091.881,74	17,54%	439.890,87	1,27%
15	2036	5.708.510,79	16,27%	6.152.800,56	17,54%	444.289,77	1,27%
16	2037	5.765.595,90	16,27%	6.214.328,57	17,54%	448.732,67	1,27%
17	2038	5.823.251,85	16,27%	6.276.471,85	17,54%	453.220,00	1,27%
18	2039	5.881.484,37	16,27%	6.339.236,57	17,54%	457.752,20	1,27%
19	2040	5.940.299,22	16,27%	6.402.628,94	17,54%	462.329,72	1,27%
20	2041	5.999.702,21	16,27%	6.466.655,23	17,54%	466.953,02	1,27%
21	2042	6.059.699,23	16,27%	6.531.321,78	17,54%	471.622,55	1,27%
22	2043	6.120.296,22	16,27%	6.596.635,00	17,54%	476.338,77	1,27%
23	2044	6.181.499,19	16,27%	6.662.601,35	17,54%	481.102,16	1,27%
24	2045	6.243.314,18	16,27%	6.729.227,36	17,54%	485.913,18	1,27%
25	2046	6.305.747,32	16,27%	6.796.519,63	17,54%	490.772,32	1,27%
26	2047	6.368.804,79	16,27%	6.864.484,83	17,54%	495.680,04	1,27%
27	2048	6.432.492,84	16,27%	6.933.129,68	17,54%	500.636,84	1,27%
28	2049	6.496.817,77	16,27%	7.002.460,98	17,54%	505.643,21	1,27%
29	2050	6.561.785,95	16,27%	7.072.485,59	17,54%	510.699,64	1,27%
30	2051	6.627.403,81	16,27%	7.143.210,44	17,54%	515.806,64	1,27%
31	2052	6.693.677,84	16,27%	7.214.642,55	17,54%	520.964,70	1,27%
32	2053	6.760.614,62	16,27%	7.286.788,97	17,54%	526.174,35	1,27%
33	2054	6.828.220,77	16,27%	7.359.656,86	17,54%	531.436,09	1,27%
34	2055	6.896.502,98	16,27%	7.433.253,43	17,54%	536.750,45	1,27%
35	2056	6.965.468,01	16,27%	7.507.585,96	17,54%	542.117,96	1,27%

*Custo Normal

2.2 - Plano de Amortização (Custo Suplementar)

Devido as alterações de premissas e hipóteses na Reavaliação Atuarial do exercício 2022, data focal em 31/12/2021 e devido a majoração das Alíquotas dos Segurados de 11,00% para 14,00% tivemos redução do Déficit Atuarial, permitindo a redução das Prestações Anuais devidas pelo Ente do Plano de Amortização Vigente. Assim foi estabelecido um Plano de Amortização de Equilíbrio com valores menores, financiado através de Custo Suplementar, dentro dos Limites mínimos exigidos pela Portaria MF 464/2018 e Portaria ME 14.816/2020.

Para financiamento do Déficit de Equilíbrio, a página 59 da Reavaliação Atuarial/2022, propôs o seguinte plano de amortização.

Plano de Amortização do Déficit Atuarial de Equilíbrio/2022

Nº	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO ANUAL	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		(150.078.476,89)					
1	2022	(149.436.149,63)	642.327,26	7.293.813,98	7.936.141,24	26,00%	30.523.620,14
2	2023	(148.374.955,29)	1.061.194,34	7.262.596,87	8.323.791,21	27,00%	30.828.856,34
3	2024	(146.867.577,54)	1.507.377,75	7.211.022,83	8.718.400,57	28,00%	31.137.144,90
4	2025	(145.254.607,22)	1.612.970,32	7.137.764,27	8.750.734,59	27,83%	31.448.516,35
5	2026	(143.530.792,60)	1.723.814,62	7.059.373,91	8.783.188,53	27,65%	31.763.001,52
6	2027	(141.690.626,29)	1.840.166,31	6.975.596,52	8.815.762,83	27,48%	32.080.631,53
7	2028	(139.728.332,79)	1.962.293,50	6.886.164,44	8.848.457,94	27,31%	32.401.437,85
8	2029	(137.637.855,47)	2.090.477,33	6.790.796,97	8.881.274,30	27,14%	32.725.452,23
9	2030	(135.412.842,87)	2.225.012,60	6.689.199,78	8.914.212,37	26,97%	33.052.706,75
10	2031	(133.046.634,43)	2.366.208,44	6.581.064,16	8.947.272,60	26,80%	33.383.233,82
11	2032	(130.532.245,43)	2.514.389,01	6.466.066,43	8.980.455,44	26,63%	33.717.066,15
12	2033	(127.862.351,21)	2.669.894,22	6.343.867,13	9.013.761,34	26,47%	34.054.236,82
13	2034	(125.029.270,71)	2.833.080,50	6.214.110,27	9.047.190,77	26,30%	34.394.779,18
14	2035	(122.024.949,09)	3.004.321,62	6.076.422,56	9.080.744,18	26,14%	34.738.726,98
15	2036	(118.840.939,59)	3.184.009,50	5.930.412,53	9.114.422,03	25,98%	35.086.114,25
16	2037	(115.468.384,48)	3.372.555,11	5.775.669,66	9.148.224,77	25,82%	35.436.975,39
17	2038	(111.897.995,08)	3.570.389,40	5.611.763,49	9.182.152,89	25,65%	35.791.345,14
18	2039	(108.120.030,81)	3.777.964,27	5.438.242,56	9.216.206,83	25,49%	36.149.258,59
19	2040	(104.124.277,24)	3.995.753,57	5.254.633,50	9.250.387,07	25,34%	36.510.751,18
20	2041	(99.900.023,05)	4.224.254,20	5.060.439,87	9.284.694,07	25,18%	36.875.858,69
21	2042	(95.436.035,86)	4.463.987,19	4.855.141,12	9.319.128,31	25,02%	37.244.617,28
22	2043	(90.720.536,95)	4.715.498,91	4.638.191,34	9.353.690,25	24,87%	37.617.063,45
23	2044	(85.741.174,67)	4.979.362,28	4.409.018,10	9.388.380,38	24,71%	37.993.234,09
24	2045	(80.484.996,60)	5.256.178,07	4.167.021,09	9.423.199,16	24,56%	38.373.166,43
25	2046	(74.938.420,37)	5.546.576,23	3.911.570,83	9.458.147,07	24,40%	38.756.898,09
26	2047	(69.087.203,00)	5.851.217,36	3.642.007,23	9.493.224,59	24,25%	39.144.467,07
27	2048	(62.916.408,86)	6.170.794,14	3.357.638,07	9.528.432,21	24,10%	39.535.911,74
28	2049	(56.410.375,93)	6.506.032,93	3.057.737,47	9.563.770,40	23,95%	39.931.270,86
29	2050	(49.552.680,54)	6.857.695,38	2.741.544,27	9.599.239,65	23,80%	40.330.583,57
30	2051	(42.326.100,37)	7.226.580,18	2.408.260,27	9.634.840,45	23,65%	40.733.889,40
31	2052	(34.712.575,57)	7.613.524,80	2.057.048,48	9.670.573,28	23,51%	41.141.228,30
32	2053	(26.693.168,11)	8.019.407,46	1.687.031,17	9.706.438,63	23,36%	41.552.640,58
33	2054	(18.248.019,08)	8.445.149,03	1.297.287,97	9.742.437,00	23,21%	41.968.166,99
34	2055	(9.356.303,94)	8.891.715,14	886.853,73	9.778.568,87	23,07%	42.387.848,66
35	2056	3.814,44	9.360.118,38	454.716,37	9.814.834,75	22,93%	42.811.727,14

* Custo Suplementar

FONTE: Reavaliação Atuarial/2022, data focal 31/12/2021 - IMPC

Comparando o Plano de Amortização Vigente, com o Plano de Amortização de Equilíbrio proposto na Reavaliação Atuarial/2021, essa alteração irá reduzir o valor das Prestações do Ente para financiamento do Déficit Atuarial da seguinte forma:

<u>Plano de Amortização Vigente</u>				<u>Plano de Amortização de Equilíbrio</u>		<u>Redução do Plano de Amortização</u>	
Nº	ANO	PRESTAÇÃO ANUAL	C.S. *	PRESTAÇÃO ANUAL	C.S. *	PRESTAÇÃO ANUAL	C.S. *
0							
1	2022	3.601.787,18	11,80%	7.936.141,24	26,00%	4.334.354,06	14,20%
2	2023	3.884.435,90	12,60%	8.323.791,21	27,00%	4.439.355,31	14,40%
3	2024	7.303.739,11	23,46%	8.718.400,57	28,00%	1.414.661,46	4,54%
4	2025	11.051.973,34	35,14%	8.750.734,59	27,83%	(2.301.238,75)	-7,32%
5	2026	11.227.900,82	35,35%	8.783.188,53	27,65%	(2.444.712,29)	-7,70%
6	2027	11.406.628,74	35,56%	8.815.762,83	27,48%	(2.590.865,91)	-8,08%
7	2028	11.588.201,69	35,76%	8.848.457,94	27,31%	(2.739.743,76)	-8,46%
8	2029	11.772.664,96	35,97%	8.881.274,30	27,14%	(2.891.390,66)	-8,84%
9	2030	11.960.064,55	36,18%	8.914.212,37	26,97%	(3.045.852,18)	-9,22%
10	2031	12.150.447,20	36,40%	8.947.272,60	26,80%	(3.203.174,60)	-9,60%
11	2032	12.343.860,40	36,61%	8.980.455,44	26,63%	(3.363.404,96)	-9,98%
12	2033	12.540.352,39	36,82%	9.013.761,34	26,47%	(3.526.591,05)	-10,36%
13	2034	12.739.972,18	37,04%	9.047.190,77	26,30%	(3.692.781,41)	-10,74%
14	2035	12.942.769,55	37,26%	9.080.744,18	26,14%	(3.862.025,37)	-11,12%
15	2036	13.148.795,09	37,48%	9.114.422,03	25,98%	(4.034.373,07)	-11,50%
16	2037	13.358.100,19	37,70%	9.148.224,77	25,82%	(4.209.875,42)	-11,88%
17	2038	13.570.737,05	37,92%	9.182.152,89	25,65%	(4.388.584,16)	-12,26%
18	2039	13.786.758,70	38,14%	9.216.206,83	25,49%	(4.570.551,87)	-12,64%
19	2040	14.006.219,03	38,36%	9.250.387,07	25,34%	(4.755.831,96)	-13,03%
20	2041	14.229.172,77	38,59%	9.284.694,07	25,18%	(4.944.478,70)	-13,41%
21	2042	14.455.675,53	38,81%	9.319.128,31	25,02%	(5.136.547,22)	-13,79%
22	2043	14.685.783,80	39,04%	9.353.690,25	24,87%	(5.332.093,55)	-14,17%
23	2044	14.919.554,99	39,27%	9.388.380,38	24,71%	(5.531.174,61)	-14,56%
24	2045	15.157.047,39	39,50%	9.423.199,16	24,56%	(5.733.848,23)	-14,94%
25	2046	15.398.320,24	39,73%	9.458.147,07	24,40%	(5.940.173,17)	-15,33%
26	2047	15.643.433,72	39,96%	9.493.224,59	24,25%	(6.150.209,13)	-15,71%
27	2048	15.892.448,96	40,20%	9.528.432,21	24,10%	(6.364.016,75)	-16,10%
28	2049	16.145.428,08	40,43%	9.563.770,40	23,95%	(6.581.657,68)	-16,48%
29	2050	16.402.434,17	40,67%	9.599.239,65	23,80%	(6.803.194,52)	-16,87%
30	2051	16.663.531,33	40,91%	9.634.840,45	23,65%	(7.028.690,88)	-17,26%
31	2052	16.928.784,69	41,15%	9.670.573,28	23,51%	(7.258.211,41)	-17,64%
32	2053	17.198.260,40	41,39%	9.706.438,63	23,36%	(7.491.821,77)	-18,03%
33	2054	17.472.025,68	41,63%	9.742.437,00	23,21%	(7.729.588,69)	-18,42%
34	2055	17.750.148,81	41,88%	9.778.568,87	23,07%	(7.971.579,94)	-18,81%
35	2056	-	0,00%	9.814.834,75	22,93%	9.814.834,75	22,93%

* Custo Suplementar

3. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ÚLTIMOS TRÊS ANOS E O ANO CORRENTE

Para averiguação do impacto do Plano de Custeio (incluído o Plano de Amortização) sobre as contas públicas do Ente Municipal foi solicitado junto ao setor contábil do município, os três últimos Relatórios de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal dos Poderes e Órgãos vinculados ao RPPS, mais o relatório do exercício atual.

Com um histórico dos últimos três anos, será possível projetarmos as Receitas Correntes Líquidas e as Despesas de Pessoal e constatar se o Ente Público, discriminado entre seus Poderes e Órgãos serão capazes de suportar o Plano de Custeio (incluído o Plano de Amortização), respeitando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

3.1 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos Três anos e o Ano Corrente - Poder Executivo

MUNICÍPIO DE COXIM - MS
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2019

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	60.917.931,89	8.105,65
Pessoal Ativo	50.241.030,67	8.105,65
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.676.901,22	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	71.126,37	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	71.126,37	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	60.846.805,52	8.105,65
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	115.173.247,00	0
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	115.173.247,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	60.854.911,17	52,84%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	62.193.553,38	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	59.083.875,71	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	55.974.198,04	48,60%

MUNICÍPIO DE COXIM - MS
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2020

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	73.702.884,45	22.333,32
Pessoal Ativo	61.030.976,70	22.333,32
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.671.907,75	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	15.737.354,58	22.333,32
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	645.138,66	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.662.499,74	22.333,32
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.429.716,18	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	57.965.529,87	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	138.846.208,33	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	138.846.208,33	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	57.965.529,87	41,75%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	74.976.952,50	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	71.228.104,87	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	67.479.257,25	48,60%

MUNICÍPIO DE COXIM - MS
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2021

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	79.774.126,77	4.128,00
Pessoal Ativo	65.329.960,31	4.128,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.444.166,46	4.128,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	16.913.467,24	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	2.590.427,72	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	23.863,41	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	14.299.176,11	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	62.860.659,53	4.128,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	157.882.656,10	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	157.882.656,10	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	62.864.787,53	39,82%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	85.256.634,29	54%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	80.993.802,58	51,30%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	76.730.970,86	48,60%

3.2 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos Três anos e o Ano Corrente - Poder Legislativo

MUNICÍPIO DE COXIM - MS
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2019

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.737.327,45	0,00
Pessoal Ativo	2.737.327,45	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.737.327,45	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	115.173.247,00	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	115.173.247,00	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	2.737.327,45	2,38%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.910.394,82	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.564.875,08	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.219.355,34	5,40%

MUNICÍPIO DE COXIM - MS
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2020

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.302.694,71	0,00
Pessoal Ativo	3.302.694,71	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.302.694,71	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	138.845.884,68	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	138.845.884,68	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	3.302.694,71	2,38%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.330.753,08	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.914.215,43	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.497.677,77	5,40%

MUNICÍPIO DE COXIM - MS
PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2021

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.106.481,48	0,00
Pessoal Ativo	3.106.481,48	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.106.481,48	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	157.863.914,85	0
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	0,00	0
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	157.863.914,85	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	3.106.481,48	1,97%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.471.834,89	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.998.243,15	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.524.651,40	5,40%

4. IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL SOBRE AS RECEITAS DO ENTE (LRF) - HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS

PODER EXECUTIVO			
Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2019	60.854.911,17	115.173.247,00	52,84%
2020	57.965.529,87	138.846.208,33	41,75%
2021	62.864.787,53	157.882.656,10	39,82%

PODER LEGISLATIVO			
Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF (Poder Legislativo)			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2019	2.737.327,45	115.173.247,00	2,38%
2020	3.302.694,71	138.846.208,33	2,38%
2021	3.106.481,48	157.882.656,10	1,97%

4.1 – Receita Corrente Líquida – RCL

Conforme a tabela acima, elaborada com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal, nos últimos 3 anos, considerando 2021 a 2019, a RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do Ente cresceu R\$ 42.709.409,10 equivalente a 37,08%.

De um ano para o outro, entre 2021 a 2020, essa mesma receita cresceu R\$ 19.036.447,77, equivalente a 13,71%.

4.2 - Despesa Total com Pessoal – DTP - Poder Executivo

Conforme a tabela acima, elaborada com as informações da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, nos últimos 3 anos, considerando 2021 a 2019, a DESPESA TOTAL COM PESSOAL cresceu R\$ 2.009.876,36 equivalente a 3,30%.

De um ano para o outro, entre 2021 a 2020, essa mesma despesa cresceu R\$ 4.899.257,66, equivalente a 8,45%.

4.3 - Despesa Total com Pessoal – DTP - Poder Legislativo

De acordo com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Legislativo, nos últimos 3 anos, considerando 2021 a 2019, a DESPESA TOTAL COM PESSOAL cresceu R\$ 369.154,03 equivalente a 13,49%.

De um ano para o outro, entre 2021 a 2020, essa mesma despesa reduziu R\$ - 196.213,23, equivalente a -5,94%.

5. METODOLOGIA DE CÁLCULO, PREMISSAS UTILIZADAS E IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NAS RECEITAS DO ENTE (LRF) – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS

Para verificarmos a viabilidade financeira e orçamentária do Plano de Custeio (incluído o Plano de Amortização do Déficit Atuarial) da Reavaliação Atuarial/2022, apresentaremos uma estimativa do impacto orçamentário e financeiro, no exercício atual e nos dois anos subsequentes, conforme exige o inciso I, do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

5.1 – Metodologia de Cálculo e Premissas Utilizadas

O artigo 12 da Lei Complementar 101/2000, também menciona a necessidade de demonstrar a metodologia de cálculo e as premissas utilizadas para a projeção.

O artigo 12 da LRF, menciona que as previsões de receita, deverão observar normas técnicas e legais, considerando as alterações na legislação, variação do índice de preços (nesse caso INPC, IPCA, IGP - M ou qualquer outro índice inflacionário), o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante.

Art. 12. *As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.*

Para projetarmos o crescimento da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo nos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 utilizaremos o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, por ser o índice oficial do Governo Federal, para mensurar o crescimento da Inflação e por ser utilizado pelo Regime Próprio de Previdência Social de COXIM - MS, para compor a Meta Atuarial. Além do mais, o artigo 12 da LRF menciona apenas índice inflacionário, não mencionando qual deverá ser utilizado.

Conforme o Boletim Focus, elaborado e emitido pelo Banco Central, com data de 27.05.2022, a projeção para o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo é de:

Projeção do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo	
ANO	IPCA (%)
2022	8,73%
2023	4,35%
2024	3,25%
2025	3,00%

Assim, para a Projeção das RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS e DESPESAS TOTAL COM PESSOAL do Poder Executivo e Legislativo, em 2022, 2023, 2024 e 2025, consideraremos a média de crescimento da Despesa e Receita dos últimos três anos, anteriores ao ano projetado, somado ao desvio padrão do mesmo período. O valor encontrado da DTP e RCL para 2022, 2023, 2024 e 2025, será acrescido do índice inflacionário projetado pelo Banco Central.

Dessa forma, a projeção das Receitas e despesas serão:

1 - PODER EXECUTIVO

Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2019	60.854.911,17	115.173.247,00	52,84%
2020	57.965.529,87	138.846.208,33	41,75%
2021	62.864.787,53	157.882.656,10	39,82%
2022	68.526.532,10	172.551.587,40	39,71%
2023	71.379.612,07	180.866.309,83	39,47%
2024	74.261.777,55	187.988.119,25	39,50%
2025	76.484.650,53	193.840.454,98	39,46%

2 - PODER LEGISLATIVO

Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2019	2.737.327,45	115.173.247,00	2,38%
2020	3.302.694,71	138.846.208,33	2,38%
2021	3.106.481,48	157.882.656,10	1,97%
2022	3.627.116,19	172.551.587,40	2,10%
2023	3.765.329,88	180.866.309,83	2,08%
2024	3.972.102,15	187.988.119,25	2,11%
2025	4.080.661,61	193.840.454,98	2,11%

6. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE CUSTEIO (INCLUIDO O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL), AGREGADO AS DESPESAS TOTAL COM PESSOAL E COMPARADO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO ENTE – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Para analisarmos a viabilidade financeira e orçamentária do Plano de Custeio de Equilíbrio (incluído o Plano de Amortização do Déficit Atuarial), proposto na Reavaliação Atuarial/2022, incluiremos nos valores projetados das DESPESAS TOTAL COM PESSOAL, a elevação do Custo Normal, separado pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Com relação ao Plano de Amortização de Equilíbrio, que representou redução das Prestações Anuais devidas pelo Ente (Custo Suplementar), não consideraremos essa redução nos valores projetados das DESPESAS TOTAL COM PESSOAL, apenas, consideraremos essa hipótese como nula, como se o Plano de Amortização tivesse sido mantido (Vigente).

1 - PODER EXECUTIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF no ano corrente e nos dois anos subsequentes							
	(DTP)	(VAR. CN)	(VAR. CS)	(DTP LRF.Cs)	(RCL)	% LRF 1	% LRF 2
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Variação do Custo Normal do Ente *	Variação do Custo Suplementar **	DTP + VAR CN + VAR CS	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	DTP LRF.Cs / RCL
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(6)	(7) = (1)/(6)	(8) = (4)/(6)
2022	68.526.532,10	381.922,61	4.283.087,51	73.191.542,22	172.551.587,40	39,71%	42,42%
2023	71.379.612,07	385.741,84	4.386.846,81	76.152.200,72	180.866.309,83	39,47%	42,10%
2024	74.261.777,55	389.599,26	1.397.928,91	76.049.305,72	187.988.119,25	39,50%	40,45%

* O Custo Normal que consta na Reavaliação Atuarial/2022 foi distribuído proporcionalmente entre os Poderes Executivo e Legislativo.

2 - PODER LEGISLATIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF no ano corrente e nos dois anos subsequentes							
	(DTP)	(VAR. CN)	(VAR. CS)	(DTP LRF.Cs)	(RCL)	% LRF 1	% LRF 2
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Varição do Custo Normal do Ente *	Varição do Custo Suplementar **	DTP + VAR CN + VAR CS	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	DTP LRF.Cs / RCL
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(6)	(7) = (1)/(6)	(8) = (4)/(6)
2022	3.627.116,19	4.593,04	51.266,55	3.682.975,78	172.551.587,40	2,10%	2,13%
2023	3.765.329,88	4.638,97	52.508,50	3.822.477,35	180.866.309,83	2,08%	2,11%
2024	3.972.102,15	4.685,36	16.732,55	3.993.520,06	187.988.119,25	2,11%	2,12%

* O Custo Normal que consta na Reavaliação Atuarial/2022 foi distribuído proporcionalmente entre os Poderes Executivo e Legislativo.

6.1 – Projeção das Receitas e Despesas do ENTE, nos próximos 35 anos

Para analisarmos o impacto de todo o Plano de Custeio de Equilíbrio, proposto na Reavaliação Atuarial/2022, apresentaremos o impacto da Despesa Total com Pessoal, agregado aos valores de elevação do Plano de Custeio, sobre a Receita Corrente de Líquida, durante todo o período de amortização do Déficit nos próximos 35 anos.

Entre 2021 a 2024 o percentual de crescimento leva em consideração o crescimento e a variação dos últimos 3 anos, por isso, temos uma variação dos crescimentos visando refletir a realidade. A partir do ano de 2025, o índice utilizado para a Estimativa de crescimento das RECEITAS e DESPESAS será fixo, refletindo a variação acumulada de crescimento entre os anos de 2021 a 2024, demonstrados na tabela abaixo.

TAXAS DE CRESCIMENTOS UTILIZADAS PARA PROJEÇÃO DA DTP E RCL

	Poder Executivo	Poder Legislativo	Ente Federativo
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)
2021	6,02%	4,24%	4,61%
2022	3,85%	4,40%	6,13%
2023	3,58%	3,20%	2,99%
2024	3,27%	3,43%	3,79%
2025 em diante.	6,68%	6,10%	6,89%

PODER EXECUTIVO

PROJEÇÃO Da Porcentagem das Despesas Total com Pessoal + Plano de Custeio (incluso Plano de Amortização do Déficit Atuarial) em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF										
Período	Ano	(DTP)	(VAR. CN)	(VAR. CS)	(DTP LRF.Cs)	(DTP LRF.Aporte)	(RCL)	% LRF 1	% LRF 2	% LRF 3
		Despesa Total com Pessoal	Varição do Custo Normal do Ente	Varição do Custo Suplementar	DTP + VAR CN + VAR CS	DTP + VAR CN	Receita Corrente Líquida (RCL)	DTP / RCL	DTP LRF.Cs / RCL	DTP LRF.Aporte / RCL
		(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)	(5) = (1) + (2)	(6)	(7) = (1) / (6)	(8) = (4) / (6)	(9) = (5) / (6)
1	2022	68.526.532,10	381.922,61	4.283.087,51	73.191.542,22	68.908.454,71	172.551.587,40	39,71%	42,42%	39,93%
2	2023	71.379.612,07	385.741,84	4.386.846,81	76.152.200,72	71.765.353,91	180.866.309,83	39,47%	42,10%	39,68%
3	2024	74.261.777,55	389.599,26	1.397.928,91	76.049.305,72	74.651.376,81	187.988.119,25	39,50%	40,45%	39,71%
4	2025	76.484.650,53	393.495,25	-2.274.019,79	74.604.125,98	76.878.145,78	193.840.454,98	39,46%	38,49%	39,66%
5	2026	81.463.459,14	397.430,20	-2.415.796,34	79.445.093,01	81.860.889,35	206.009.289,64	39,54%	38,56%	39,74%
6	2027	86.766.365,93	401.404,51	-2.560.221,26	84.607.549,18	87.167.770,44	218.942.054,29	39,63%	38,64%	39,81%
7	2028	92.414.468,23	405.418,55	-2.707.338,19	90.112.548,60	92.819.886,78	232.686.706,61	39,72%	38,73%	39,89%
8	2029	98.430.236,72	409.472,74	-2.857.191,42	95.982.518,05	98.839.709,46	247.294.214,93	39,80%	38,81%	39,97%
9	2030	104.837.604,84	413.567,46	-3.009.825,97	102.241.346,33	105.251.172,30	262.818.747,28	39,89%	38,90%	40,05%
10	2031	111.662.063,95	417.703,14	-3.165.287,59	108.914.479,50	112.079.767,09	279.317.872,20	39,98%	38,99%	40,13%
11	2032	118.930.764,83	421.880,17	-3.323.622,75	116.029.022,25	119.352.645,00	296.852.772,25	40,06%	39,09%	40,21%
12	2033	126.672.625,62	426.098,97	-3.484.878,68	123.613.845,91	127.098.724,59	315.488.470,89	40,15%	39,18%	40,29%
13	2034	134.918.446,91	430.359,96	-3.649.103,35	131.699.703,53	135.348.806,87	335.294.073,60	40,24%	39,28%	40,37%
14	2035	143.701.034,29	434.663,56	-3.816.345,50	140.319.352,35	144.135.697,85	356.343.024,11	40,33%	39,38%	40,45%
15	2036	153.055.328,82	439.010,20	-3.986.654,68	149.507.684,34	153.494.339,01	378.713.376,79	40,41%	39,48%	40,53%
16	2037	163.018.546,07	443.400,30	-4.160.081,19	159.301.865,18	163.461.946,37	402.488.086,08	40,50%	39,58%	40,61%
17	2038	173.630.324,21	447.834,30	-4.336.676,18	169.741.482,33	174.078.158,51	427.755.314,08	40,59%	39,68%	40,70%
18	2039	184.932.881,63	452.312,65	-4.516.491,58	180.868.702,70	185.385.194,28	454.608.757,51	40,68%	39,79%	40,78%
19	2040	196.971.184,98	456.835,77	-4.699.580,18	192.728.440,57	197.428.020,76	483.147.995,13	40,77%	39,89%	40,86%
20	2041	209.793.128,03	461.404,13	-4.885.995,62	205.368.536,55	210.254.532,16	513.478.857,02	40,86%	40,00%	40,95%
21	2042	223.449.722,22	466.018,17	-5.075.792,36	218.839.948,03	223.915.740,39	545.713.817,02	40,95%	40,10%	41,03%
22	2043	237.995.299,60	470.678,35	-5.269.025,78	233.196.952,18	238.465.977,96	579.972.409,79	41,04%	40,21%	41,12%
23	2044	253.487.729,01	475.385,14	-5.465.752,12	248.497.362,02	253.963.114,14	616.381.674,12	41,13%	40,32%	41,20%
24	2045	269.988.646,26	480.138,99	-5.666.028,52	264.802.756,73	270.468.785,25	655.076.623,94	41,21%	40,42%	41,29%
25	2046	287.563.699,42	484.940,38	-5.869.913,06	282.178.726,74	288.048.639,80	696.200.749,07	41,30%	40,53%	41,37%
26	2047	306.282.809,92	489.789,78	-6.077.464,72	300.695.134,99	306.772.599,70	739.906.547,26	41,39%	40,64%	41,46%
27	2048	326.220.450,78	494.687,68	-6.288.743,44	320.426.395,02	326.715.138,46	786.356.089,68	41,49%	40,75%	41,55%
28	2049	347.455.942,88	499.634,56	-6.503.810,12	341.451.767,32	347.955.577,43	835.721.621,97	41,58%	40,86%	41,64%
29	2050	370.073.770,52	504.630,90	-6.722.726,63	363.855.674,80	370.578.401,42	888.186.202,90	41,67%	40,97%	41,72%
30	2051	394.163.917,57	509.677,21	-6.945.555,83	387.728.038,95	394.673.594,78	943.944.383,26	41,76%	41,08%	41,81%
31	2052	419.822.225,42	514.773,98	-7.172.361,60	413.164.637,81	420.336.999,41	1.003.202.927,25	41,85%	41,18%	41,90%
32	2053	447.150.774,35	519.921,72	-7.403.208,83	440.267.487,24	447.670.696,07	1.066.181.579,22	41,94%	41,29%	41,99%
33	2054	476.258.289,56	525.120,94	-7.638.163,44	469.145.247,06	476.783.410,50	1.133.113.878,54	42,03%	41,40%	42,08%
34	2055	507.260.573,82	530.372,15	-7.877.292,44	499.913.653,53	507.790.945,96	1.204.248.025,64	42,12%	41,51%	42,17%
35*	2056	540.280.968,09	535.675,87	9.698.745,30	550.515.389,27	540.816.643,96	1.279.847.802,35	42,21%	43,01%	42,26%

* Fim do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2021

PODER LEGISLATIVO

PROJEÇÃO Da Porcentagem das Despesas Total com Pessoal + Plano de Custeio (incluso Plano de Amortização do Déficit Atuarial) em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF										
Período	Ano	(DTP)	(VAR. CN)	(VAR. CS)	(DTP LRF.Cs)	(DTP LRF.Aporte)	(RCL)	% LRF 1	% LRF 2	% LRF 3
		Despesa Total com Pessoal	Varição do Custo Normal do Ente	Varição do Custo Suplementar	DTP + VAR CN + VAR CS	DTP + VAR CN	Receita Corrente Líquida (RCL)	DTP / RCL	DTP LRF.Cs / RCL	DTP LRF.Aporte / RCL
		(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)	(5) = (1) + (2)	(6)	(7) = (1) / (6)	(8) = (4) / (6)	(9) = (5) / (6)
1	2022	3.627.116,19	4.593,04	51.266,55	3.682.975,78	3.631.709,22	172.551.587,40	2,10%	2,13%	2,10%
2	2023	3.765.329,88	4.638,97	52.508,50	3.822.477,35	3.769.968,85	180.866.309,83	2,08%	2,11%	2,08%
3	2024	3.972.102,15	4.685,36	16.732,55	3.993.520,06	3.976.787,51	187.988.119,25	2,11%	2,12%	2,12%
4	2025	4.080.661,61	4.732,21	-27.218,95	4.058.174,87	4.085.393,82	193.840.454,98	2,11%	2,09%	2,11%
5	2026	4.365.672,99	4.779,53	-28.915,95	4.341.536,57	4.370.452,52	206.009.289,64	2,12%	2,11%	2,12%
6	2027	4.670.590,81	4.827,33	-30.644,65	4.644.773,49	4.675.418,14	218.942.054,29	2,13%	2,12%	2,14%
7	2028	4.996.805,44	4.875,60	-32.405,57	4.969.275,47	5.001.681,04	232.686.706,61	2,15%	2,14%	2,15%
8	2029	5.345.804,33	4.924,36	-34.199,24	5.316.529,45	5.350.728,69	247.294.214,93	2,16%	2,15%	2,16%
9	2030	5.719.178,85	4.973,60	-36.026,21	5.688.126,24	5.724.152,45	262.818.747,28	2,18%	2,16%	2,18%
10	2031	6.118.631,48	5.023,34	-37.887,01	6.085.767,81	6.123.654,82	279.317.872,20	2,19%	2,18%	2,19%
11	2032	6.545.983,65	5.073,57	-39.782,21	6.511.275,01	6.551.057,22	296.852.772,25	2,21%	2,19%	2,21%
12	2033	7.003.183,97	5.124,31	-41.712,37	6.966.595,91	7.008.308,27	315.488.470,89	2,22%	2,21%	2,22%
13	2034	7.492.317,17	5.175,55	-43.678,06	7.453.814,66	7.497.492,72	335.294.073,60	2,23%	2,22%	2,24%
14	2035	8.015.613,59	5.227,30	-45.679,87	7.975.161,03	8.020.840,90	356.343.024,11	2,25%	2,24%	2,25%
15	2036	8.575.459,34	5.279,58	-47.718,39	8.533.020,53	8.580.738,92	378.713.376,79	2,26%	2,25%	2,27%
16	2037	9.174.407,18	5.332,37	-49.794,23	9.129.945,33	9.179.739,56	402.488.086,08	2,28%	2,27%	2,28%
17	2038	9.815.188,18	5.385,70	-51.907,98	9.768.665,89	9.820.573,88	427.755.314,08	2,29%	2,28%	2,30%
18	2039	10.500.724,14	5.439,55	-54.060,29	10.452.103,40	10.506.163,69	454.608.757,51	2,31%	2,30%	2,31%
19	2040	11.234.140,95	5.493,95	-56.251,78	11.183.383,13	11.239.634,90	483.147.995,13	2,33%	2,31%	2,33%
20	2041	12.018.782,82	5.548,89	-58.483,08	11.965.848,63	12.024.331,71	513.478.857,02	2,34%	2,33%	2,34%
21	2042	12.858.227,54	5.604,38	-60.754,86	12.803.077,06	12.863.831,91	545.713.817,02	2,36%	2,35%	2,36%
22	2043	13.756.302,77	5.660,42	-63.067,77	13.698.895,41	13.761.963,19	579.972.409,79	2,37%	2,36%	2,37%
23	2044	14.717.103,52	5.717,03	-65.422,50	14.657.398,05	14.722.820,55	616.381.674,12	2,39%	2,38%	2,39%
24	2045	15.745.010,84	5.774,20	-67.819,71	15.682.965,32	15.750.785,03	655.076.623,94	2,40%	2,39%	2,40%
25	2046	16.844.711,72	5.831,94	-70.260,11	16.780.283,55	16.850.543,66	696.200.749,07	2,42%	2,41%	2,42%
26	2047	18.021.220,56	5.890,26	-72.744,41	17.954.366,41	18.027.110,82	739.906.547,26	2,44%	2,43%	2,44%
27	2048	19.279.901,96	5.949,16	-75.273,32	19.210.577,80	19.285.851,12	786.356.089,68	2,45%	2,44%	2,45%
28	2049	20.626.495,21	6.008,65	-77.847,56	20.554.656,30	20.632.503,86	835.721.621,97	2,47%	2,46%	2,47%
29	2050	22.067.140,46	6.068,74	-80.467,89	21.992.741,30	22.073.209,20	888.186.202,90	2,48%	2,48%	2,49%
30	2051	23.608.406,71	6.129,43	-83.135,05	23.531.401,09	23.614.536,14	943.944.383,26	2,50%	2,49%	2,50%
31	2052	25.257.321,79	6.190,72	-85.849,81	25.177.662,70	25.263.512,51	1.003.202.927,25	2,52%	2,51%	2,52%
32	2053	27.021.404,36	6.252,63	-88.612,95	26.939.044,04	27.027.656,99	1.066.181.579,22	2,53%	2,53%	2,53%
33	2054	28.908.698,23	6.315,15	-91.425,24	28.823.588,14	28.915.013,38	1.133.113.878,54	2,55%	2,54%	2,55%
34	2055	30.927.809,00	6.378,30	-94.287,50	30.839.899,80	30.934.187,31	1.204.248.025,64	2,57%	2,56%	2,57%
35*	2056	33.087.943,37	6.442,09	116.089,44	33.210.474,90	33.094.385,46	1.279.847.802,35	2,59%	2,59%	2,59%

* Fim do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2021

7. CONCLUSÃO DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ENTE E LRF

Baseado nas informações dos últimos 3 anos da RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do Ente, projetamos para 2022, uma RCL de R\$ 172.551.587,40. Se o comportamento das Receitas se mantiver nos próximos três anos, projetamos um crescimento da RCL de 4,82% em 2023, 3,94% em 2024 e 3,11% em 2025. Assim, a Receita Corrente Líquida do Ente Público será de R\$ 180.866.309,83, R\$ 187.988.119,25 e R\$ 193.840.454,98, respectivamente.

7.1 – Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo

Com relação as informações dos últimos 3 anos da DESPESA TOTAL COM PESSOAL do Poder Executivo, projetamos para 2022, uma DTP de R\$ 68.526.532,10. Se o comportamento das Despesas se mantiver nos próximos três anos, projetamos um crescimento da DTP de 4,16% em 2023, 4,04% em 2024 e 2,99% em 2025. Assim, a DTP do Poder Executivo será de R\$ 71.379.612,07, R\$ 74.261.777,55 e R\$ 76.484.650,53, respectivamente.

Considerando a elevação do Plano de Custeio proposto na Reavaliação Atuarial/2022, crescendo essa variação na Despesa Total com Pessoal, ela passará a ser de R\$ 73.191.542,22 em 2022, R\$ 76.152.200,72 em 2023, R\$ 76.049.305,72 em 2024 e R\$ 74.604.125,98 em 2025.

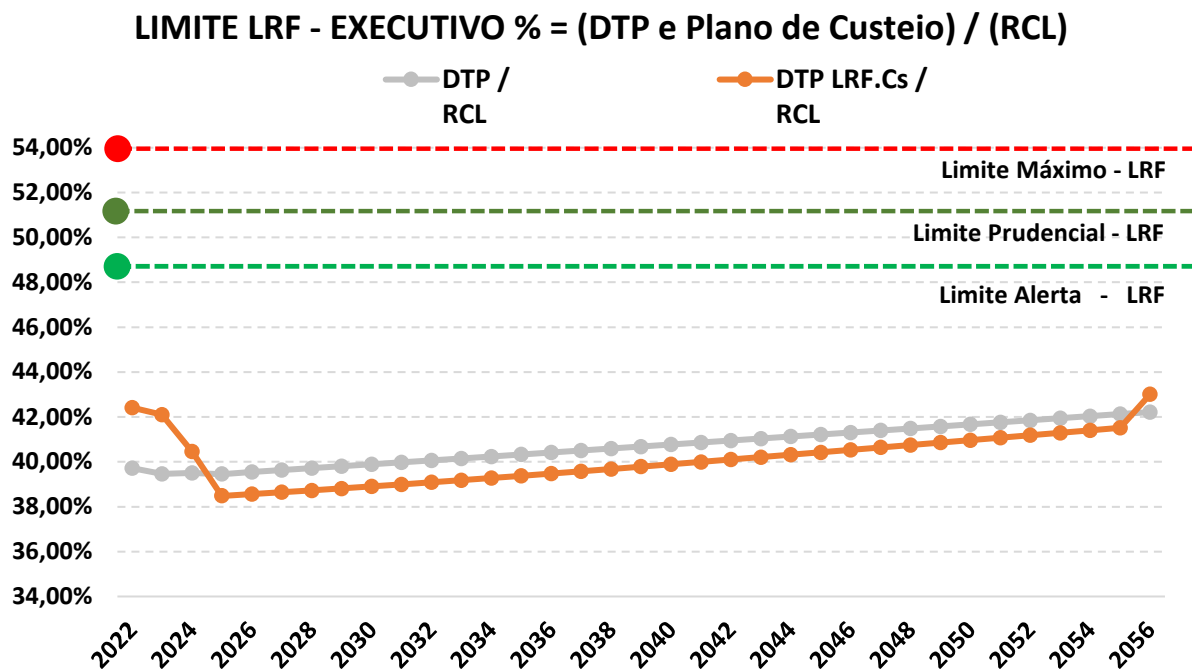
7.2 – Despesa Total com Pessoal - Poder Legislativo

Com relação as informações dos últimos 3 anos da DESPESA TOTAL COM PESSOAL do Poder Legislativo, projetamos para 2022, uma DTP de R\$ 3.627.116,19. Se o comportamento das Despesas se mantiver nos próximos três anos, projetamos um crescimento da DTP de 3,81% em 2023, 5,49% em 2024 e 2,73% em 2025. Assim, a DTP do Poder Legislativo será de R\$ 3.765.329,88, R\$ 3.972.102,15 e R\$ 4.080.661,61, respectivamente.

Considerando a elevação do Plano de Custeio proposto na Reavaliação Atuarial/2022, acrescendo essa variação na Despesa Total com Pessoal, ela passará a ser de R\$ 3.682.975,78 em 2022, R\$ 3.822.477,35 em 2023, R\$ 3.993.520,06 em 2024 e R\$ 4.058.174,87 em 2025.

7.3 – Viabilidade Financeira e Orçamentária - 35 ANOS

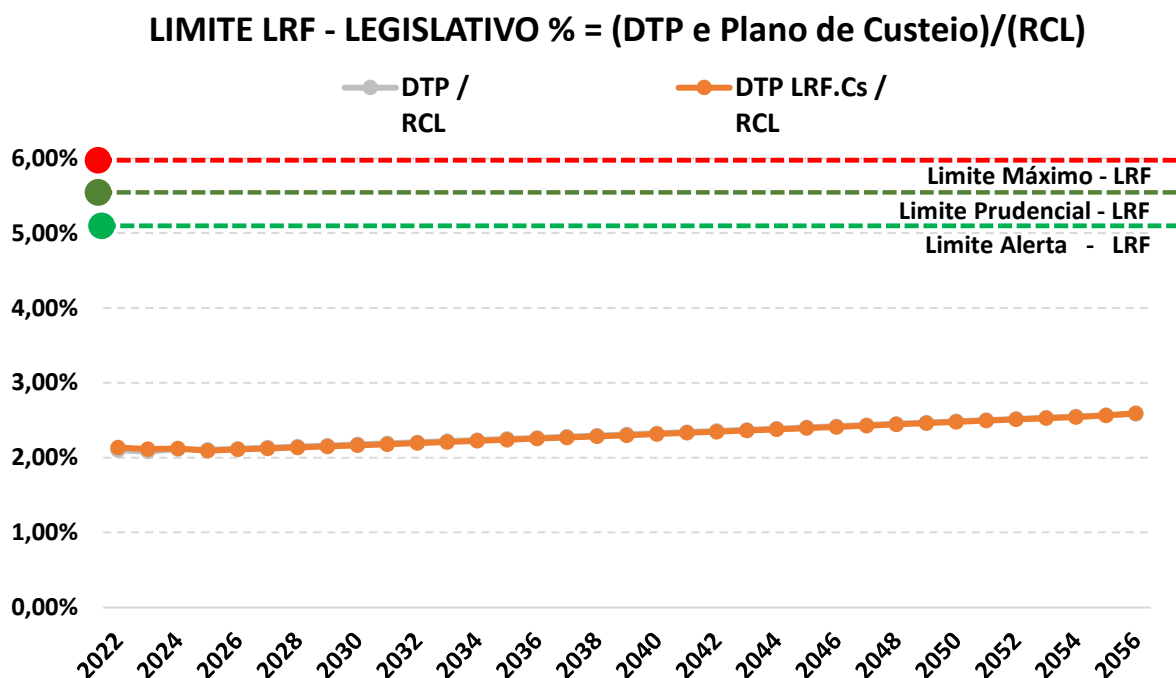
7.3.1 - Limite LRF - Poder Executivo



Atualmente, considerando o Plano de Custeio Vigente, o Poder Executivo encontra-se abaixo do Limite de Alerta estabelecido pela LRF (DTP/RCL = 39,71%). Se considerarmos o Plano de Custeio de Equilíbrio, proposto na Reavaliação Atuarial/2022, a elevação das alíquotas elevará o percentual da Despesa Total com Pessoal em relação a Receita Corrente Líquida para 40,45% (DTP LRF.Cs/RCL), ainda permanecendo abaixo do Limite de Alerta. Conforme o gráfico acima, essa elevação do Plano de Custeio não irá ultrapassar o Limite de Alerta nos próximos 35 anos.

Portanto, o Estudo de VIABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA das RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS e da DESPESA TOTAL COM PESSOAL acrescida da variação do Plano de Custeio de Equilíbrio (incluído o Plano de Amortização) da Reavaliação Atuarial/2022, com data focal em 31/12/2021, mostra que o Poder Executivo é capaz de suportar o plano proposto, no ano corrente e nos dois anos subsequentes, conforme exigência do inciso II, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, sem ao menos ultrapassar o Limite de Alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal conforme o artigo 20 da Lei Complementar 101/2000.

7.3.2 - Limite LRF - Poder Legislativo



Atualmente, considerando o Plano de Custeio Vigente, o Poder Legislativo encontra-se abaixo do Limite de Alerta estabelecido pela LRF (DTP/RCL = 2,10%). Se considerarmos o Plano de Custeio de Equilíbrio, proposto na Reavaliação Atuarial/2022, a elevação das alíquotas elevará o percentual da Despesa Total com Pessoal em relação a Receita Corrente Líquida para 2,12% (DTP LRF.Cs/RCL), ainda permanecendo abaixo do Limite de Alerta. Conforme o gráfico acima, essa elevação do Plano de Custeio, não irá ultrapassar o Limite de Alerta nos próximos 35 anos.

Portanto, o Estudo de VIABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA das RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS e da DESPESA TOTAL COM PESSOAL acrescida da variação do Plano de Custeio de Equilíbrio (incluído o Plano de Amortização) da Reavaliação Atuarial/2022, com data focal em 31/12/2021, mostra que o Poder Legislativo é capaz de suportar o plano proposto, no ano corrente e nos dois anos subsequentes, conforme exigência do inciso II, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, sem ao menos ultrapassar o Limite de Alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal conforme o artigo 20 da Lei Complementar 101/2000.

É o parecer.



Igor França Garcia
Atuário MIBA/RJ 1.659

Certificação de Especialista em Investimento - CEA
Consultor de Investimentos credenciado pela CVM